



## OS ‘SILÊNCIOS’ DA HISTÓRIA DO CRISTIANISMO NOS MANUAIS DE HISTÓRIA UNIVERSAL DO SÉCULO XIX E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICO-IDEOLÓGICAS

José Petrúcio de Farias Junior

Universidade Federal do Piauí (campus de Picos)

[petruciojr@terra.com.br](mailto:petruciojr@terra.com.br)

### Resumo

Apresentaremos, nesta comunicação, as implicações político-culturais dos usos e das formas históricas da história do cristianismo em compêndios de História Universal, autorizados pela corte imperial para uso nas escolas secundárias entre 1854 e 1868. Analisaremos, em particular, as formas históricas da História Antiga escolar, mais precisamente da História do Cristianismo no Império Romano, no compêndio de *História Universal* de Pedro Parley e Victor Duruy, adotado após a reforma educacional de Couto Ferraz (1854) para a instrução pública secundária, no interior do qual salientaremos as implicações político-culturais de tais narrativas, tendo em vista não só as circunstâncias históricas e condições de produção de tais produtos escolares, mas também as marcas de autoria e destinatário.

Palavras-chave: História Universal – cristianismos – escola secundária

O Compêndio de *História Universal resumida para uso das escolas comuns dos Estados Unidos da América do Norte* de Pedro Parley foi traduzido pelo desembargador Lourenço José Ribeiro, por volta de 1857, e aprovado para uso nas escolas secundárias pelo município da Corte em 1857, e, por muitos anos, foi utilizado pela Escola Americana de São Paulo. Todas as edições do compêndio de Parley estiveram sob a responsabilidade da Editora Eduardo & Henrique Laemmert, situada no Rio de Janeiro.

Para além da preocupação com o controle e a formulação de programas de ensino ao Imperial Colégio Pedro II, aplicáveis às demais instituições escolares do país,



o fomento à educação religiosa de cunho cristão era uma característica marcante entre as reformas de Couto Ferraz (1854) e Leôncio de Carvalho (1878), já que as reformas educacionais posteriores a de Couto Ferraz (1854), a saber: 1856, 1858, 1862 e 1877 reservaram cadeiras específicas ao ensino religioso, tais como História Sagrada e Doutrina Cristã, Instrução Religiosa ou Ensino de Religião<sup>1</sup>, que eram alocadas, em geral, no primeiro ano do secundário; nas demais etapas escolares, consolidou-se a proposta de ensino de História francesa, que se tornou comum no Brasil a partir dos manuais de ensino de Victor Duruy (1865), em que, após o estudo da História Sagrada, segue-se ao estudo da História Profana, dividida em Idade Antiga, Média e História dos Tempos Modernos e, após a incursão pela chamada História Universal, migrava-se ao estudo da História Pátria.

Embora essa divisão tripartite da História Universal não apareça em Pedro Parley, que prefere o estudo por continente, do passado à atualidade, asseveramos que se trata de uma das inovações da historiografia oitocentista, tal como sustenta Reinhart Koselleck (2006, p. 236) para quem a História, a partir da segunda metade do século XVIII torna-se um *singular coletivo (die Geschichte)*, isto é, um coletivo, sem pluralidades ou um modo de referir-se a muitos e diversos acontecimentos por meio do estabelecimento de uma sequência de épocas, no interior da qual os eventos estão internamente articulados, cuja trajetória histórico-universal torna-se inteligível, considerando a escrita da história escolar oitocentista, a partir do mito judaico-cristão; mas não se reduz a essa abordagem, porquanto o processualismo histórico também pode ser interpretado do ponto de vista da natureza (analogias filogenéticas e ontogenéticas) ou a partir da própria história (relações causais), tendências que se fortalecem a partir de 1870, no âmbito da narrativa escolar.

No entanto, todas estas abordagens veiculam, guardadas as devidas proporções, noções de exemplaridade, não distinção entre história e historiografia, por isso as narrativas históricas revestem-se de um caráter logocêntrico da linguagem, que começarão a ser problematizadas a partir do final do século XVIII.

---

<sup>1</sup> De acordo com BITTENCOURT (2008, p. 102), os decretos educacionais que introduziram o ensino de História sagrada e Doutrina Cristã nas escolas datam de 17.02.1855 e o artigo 5º. de 1857 para o Colégio Pedro II.



O fato é que este sistema de periodização tornou as experiências europeias generalizáveis como se fosse um sistema de medida histórico-mundial que pudesse acomodar trajetórias históricas de diferentes culturas.

Provavelmente essa linha de raciocínio partiu da percepção de que diferentes regiões do globo passaram a se conectar grandemente através das conquistas, das trocas comerciais, dos fluxos migratórios e culturais a partir de 1492, com as grandes navegações, com a descoberta das Américas, com as reformas religiosas e a filosofia baconiana-newtoniana, momento em que a Europa teria agido como o ponto de articulação deste processo de integração mundial, de tal forma que, nas narrativas históricas oitocentistas, a Europa é concebida como um agente de reintegração de passados, anteriormente, distintos e dispersos, como se coubesse apenas aos europeus o estabelecimento de um bloco histórico-mundial integrado.

Sob essa ótica, para Fillafer, cada época formava uma entidade unificada com traços específicos que servem como descritores válidos para a história mundial durante determinada época, o que corrobora com a ideia de unidade ou totalidade da história (2017, p. 14-16).

É claro que o fomento ao ensino religioso marcará a escrita da história escolar no Brasil, sobretudo entre 1854 e 1878. Há fortes indícios de que a escrita histórica escolar oitocentista dialoga com uma prática discursiva que pensava a história da humanidade, sob a ótica da Providência Divina, no interior da qual os acontecimentos históricos apresentam-se inscritos em uma cronologia universal que objetivava explicar a ‘verdadeira religião’ (católica) e o ‘verdadeiro império’.

A nosso ver, um dos principais expoentes desta concepção de História e que teriam influenciado os autores de compêndios franceses e brasileiros no século XIX são: Bossuet com *Discours sur l'Histoire Universelle* (1681), Giambattista Vico, com *Scienza Nuova* (1725) e Jacques Rousseau, principalmente com *Carta de Voltaire sobre a Providencia* (1756) e, sobretudo, Cesar Cantú com *Storia Universale*, publicada em 72 volumes e traduzida em diferentes línguas, como francês e espanhol (séc. XIX).

No interior deste contexto, a escrita da História Antiga escolar, particularmente, a História Romana e suas literaturas passaram a se conciliar com o cristianismo,



principalmente na França e no Brasil, isto é, ensinava-se uma “moral antiga” filtrada pela perspectiva judaico-cristã.

Em outras palavras, o estudo não só das fontes latinas, mas também da Antiguidade convertia-se num exercício para formar ‘bons’ cristãos, já que as narrativas escolares desqualificavam práticas religiosas não-cristãs (FARIAS JUNIOR; GUIMARÃES, 2020), tal como se nota no excerto abaixo:

A política de Roma era egoísta, o amor próprio a sua mola real. Os Romanos tinham como os Gregos, Persas, Egípcios e outras nações antigas algumas noções de virtude e mostravam às vezes qualidades nobres e generosas. Mas faltava-lhes, como a todas essas nações, a **verdadeira moralidade**, aquela que Jesus Cristo nos ensinou na simples máxima: “Faze aos outros o que desejas que eles te façam!” Como ellas, achava-se Roma privada daquela **verdadeira religião**, da qual aprendeu o gênero humano, o que todo poder fundado na injustiça há de ter mui curta duração. Por mais esplendido que o fosse o império romano, estava longe de possuir uma **verdadeira glória**. Seu esplendor adquirido pelo roubo, seu grande renome podiam ofuscar as vistas de um gentio; mas para um cristão tinham e têm pouco valor; ele considera essa magnificência como falsa e sem fundamento. (PARLEY, 1869, p. 240, grifo nosso)

Parley<sup>2</sup>, neste excerto, demarca a superioridade da cultura cristã por meio de um cadeia de oposições em que costumes, valores e princípios sociais são concebidos de maneira dicotômica, ou seja, a partir de jogos binários - verdadeiro/falso; certo/errado; útil/inútil; rústico/civilizado (FARIAS JUNIOR; GUIMARÃES, 2020)..

Dito de outro modo, a narrativa bíblica, concebida como texto sagrado em tais compêndios, converte-se em uma espécie de *cultura universal* (FILLAFER, 2017, p. 07) que permite os autores construir escalas comparativas por meio das quais situam diferentes culturas no tempo.

Para a escrita da história escolar, tal binarismo incorpora uma função instrutiva ou pedagógica na medida em que apresenta padrões de moralidade e excelência pelos

---

<sup>2</sup> A versão brasileira do compêndio de *História Universal* de Pedro Parley traz uma proposta inovadora no campo do ensino de História para as escolas secundárias brasileiras. Os conteúdos históricos são abordados por continente e numa perspectiva linear e causal que organiza acontecimentos históricos da Antiguidade à atualidade em cada um deles. Tais conteúdos encontram-se dispostos da seguinte maneira: Ásia (p. 10-110), África (p.111-139); Europa (p. 140-580); América (p.581-661); Oceania (p.662-673). Não é difícil notar que grande parte dos estudos históricos são reservados à Europa.



quais ações humanas passam a ser julgadas; o que também implica, em contrapartida, o direito de ser julgado e de julgar-se pelos padrões que são relevantes sob a ótica do que é consensualmente aceito no interior das comunidades cristãs como base para as relações interpessoais (BARTH, 1998, p. 194).

Nesse sentido, grande parte dos Manuais de ensino de história oitocentistas sinalizam, em suas narrativas escolares, as fronteiras culturais que distinguem um cristão de um não-cristão por meio do reconhecimento, manutenção e validação das diferenças entre “nós” e o “outro”, o que reforça o tom cristocêntrico da narrativa (FARIAS JUNIOR; GUIMARÃES, 2020).

Convém salientar que muitos tradutores dos compêndios de História eram religiosos (fieis católicos ou clérigos), além disso, o ICPII, assim como muitos liceus provinciais, contou com a presença de professores religiosos em número significativo.

Felipe Ziotti Narita (2017, p. 130-7), em sua obra intitulada ‘A educação da sociedade imperial (2017), destaca o papel elementar da religião nos processos educacionais brasileiros no século XIX. Para o historiador, a religião oferece dispositivos simbólicos que são compartilhados por um conjunto de indivíduos e orientam suas ações sociais.

O compartilhamento de ações e valores sociais contribui para inserir o indivíduo em uma comunidade a partir de processos de identificação social. Em outras palavras, a religião constrói e dissemina uma espécie de gramática social básica, voltada à moralização do pensar e do agir, por meio da qual os indivíduos se reconhecem.

Sob esta ótica, percebe-se que, por meio da instrução pública, constrói-se um horizonte moral que integra a sociedade imperial em torno de valores e princípios cristãos. Com isso, a sociedade civil oitocentista reconhece-se sob o prisma de um horizonte moral, indispensável, a nosso ver, à reprodução da vida social e à manutenção da ordem cívica do Império do Brasil (FARIAS JUNIOR; GUIMARÃES, 2020)

Visto de maneira ampla, a constituição de uma espécie de gramática moral que permeia a escrita da história escolar oitocentista é objetivada no momento em que os professores-autores dos compêndios se reportam a imperadores romanos simpáticos ou não aos movimentos cristãos durante do Império (FARIAS JUNIOR; GUIMARÃES,



2020). Essa é a régua que resultará em imperadores romanos bem avaliados ou mal avaliados, tal como se observa em *História Universal* de Victor Duruy:

Tinha pois de novo o império um só senhor, mas o tímido e suspeitoso **Constancio deixava-se governar pelas mulheres, eunucos e aduladores**. Dado todo às questões religiosas, que o arianismo suscitava, **sem que tivesse fé bem certa e bem viva**, vio preparar-se no Oriente nova revolta. Queria Gallo o título de Augusto. Chamado à Ásia por meio de promessas lisonjeiras, foi conduzido a Pola, na Istria, e decapitado. (DURUY, 1865, p. 175)

Então, (**Juliano**), vendo-se sem competidor, **abjurou o christianismo** de onde lhe vem o apelido de apostata; professou publicamente o antigo culto e reabriu os templos, esperando poder conseguir que para eles voltasse o povo. (...) **Severo para consigo**, affectava a simplicidade e até o cynismo de um rígido estoico, sendo também algumas vezes demasiado **severo para com os outros**. O tribunal que creou em calcedônia para julgar os funcionários prevaricadores foi acusado de haver dado **sentenças injustas** (DURUY, 1865, p. 176)

No governo de interno era **Valentiniano severo e às vezes cruel**. Tinha só uma pena para todos os delitos: a morte. Mas em questões religiosas seguia a respeito de todas as religiões princípios de tolerância (DURUY, 1865, p. 177)

Os excertos denotam a preocupação de Duruy em associar a conduta dos imperadores ao compromisso com a religião, cujo modelo é Constantino e Teodósio, apresentados, no âmbito da narrativa, como protetores das comunidades cristãs e guardiães de valores e princípios cristãos. Os imperadores que não se ajustam a esse modelo são mal avaliados, tais como Constâncio II (337-361) por sua adesão ao arianismo, Juliano (361-363) por sua aversão ao cristianismo e Valentiniano (365-375) por sua ‘natureza cruel’. O posicionamento dos imperadores frente à religião cristã ortodoxa torna-se um parâmetro para compreender sua conduta moral e suas ações políticas (FARIAS JUNIOR; GUIMARÃES, 2020).

Trata-se, no limite, de uma narrativa tipológica de sujeitos e acontecimentos históricos, ancorada em julgamentos morais, cuja referência é o ‘ideal de bom cristão’. Isso posto, ao discorrer sobre os imperadores circunscritos entre Constantino e Teodósio, Duruy permite-nos vislumbrar as condutas esperadas de um governante cristão em paralelo aos imperadores não-cristãos em um evidente esforço para



caracterizar as atitudes do que para ele não seria um bom governante. Percebamos como tal narrativa traz consigo sérias implicações ao cenário político do império brasileiro.

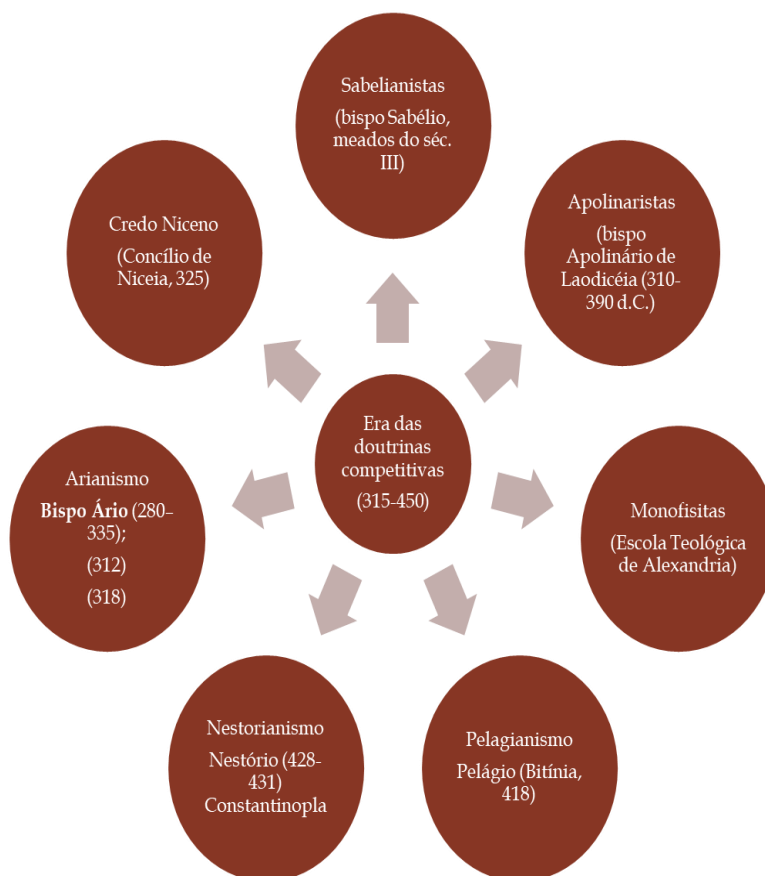
Os compêndios mencionam e exaltam a vertente cristã nicena, chancelada pelo imperador Teodósio e professada pela Igreja Católica até hoje; essa vertente cristã é adotada como protótipo do cristianismo, posicionamento que negligencia e obscurece as demais correntes cristãs que circulavam pelo Império Romano.

A nosso ver, a narrativa provoca nos leitores a falsa percepção de que o passado é homogêneo, já que opta apenas por apresentar o discurso “vencedor”, isto é, aquele que é chancelado e autorizado pelas instâncias de poder.

Sob esta linha de raciocínio, busca-se uma ‘origem’ para o cristianismo, por meio da qual se constrói uma cadeia causal explicativa que culmina no presente; ou, dito de outro modo, o presente é concebido como ponto de chegada do passado (FARIAS JUNIOR; GUIMARÃES, 2020).

Assim, para explicar e fundamentar o presente e suas configurações político-culturais, Parley (e outros autores, como Duruy) escolhem tudo aquilo que se encaixa no aparente desenvolvimento histórico linear que resultaria no campo de experiências, no qual se está inserido e despreza ou silencia as demais experiências históricas. Em outras palavras, eliminam-se todos os projetos sociais que não triunfaram, como os cristianismos heterodoxos, em função do presente.

Imagem 01: Cristianismos tardo-antigos



Fonte: elaboração do autor

Ao fim e ao cabo, procura-se silenciar todas as vozes (dissonantes) que perturbam o enredo coerente, construído à maneira de um romance. Abaixo, Parley narra o contato ‘miraculoso’ do imperador Constantino com o cristianismo e o processo de legitimação desse movimento religioso:

Foi Constantino Magno o primeiro imperador que se fez cristão. Começou a reinar no ano de 306 depois do Nascimento de Jesus Christo e tranferio a séde do governo de Roma para Constantinopla. A religião chrístã foi implantada pelos Apostolos em varias partes do império; porém, ao principio soffrêrão os chrístãos atrozês perseguições. Muitos foram açoutados, vários outros encarcerados e milhares perderão a vida em tormentos horríveis. A despeito de tudo foi sempre crescendo o seu numero, até que afinal o imperador Constantino mandou que cessassem estas perseguições, fazendo-se ele mesmo chrístão, no anno de 311. **Conta-se** que Constantino indo um dia a cavalo à frente do seu exercito contra Maxencio, víra nos céos uma cruz e nella escriptas as palavras: “Com este estandarte serás vencedor”. É **esta visão**, que se supõe ter convencido o imperador da verdade da religião chrístã





e em virtude da qual ele se resolveu a adopta-la como religião de Estado. Daquelle período em diante a victoria do christianismo sobre a religião pagã estava certa. Desappareceu ante a cruz a mythologia da Grecia e de Roma, os ídolos do império do mundo cahirão quebrados pela força da **verdade do Evangelho**. Muitos templos dos gentios se convêrterão em igrejas e o povo, até então acostumado a curvar-se diante das estatuas de Jupiter e de outros deosos fantásticos, ajoelhou com humildade aos pés do signal da redempção. (PARLEY, 1869, p. 246)

O que observamos neste excerto? Inicialmente, Parley não se preocupa em citar fontes para subsidiar as informações históricas. No entanto, o autor nos faz crer que, a partir de Constantino, o discurso cristão passa a ser autorizado, reconhecido e aceito pelas instituições políticas.

A descrição deste cenário enunciativo, marcado pela intervenção divina, também aponta para uma construção discursiva de caráter mais emocional do que analítico e este aspecto reforça não só a concepção providencialista da História Universal, mas também a tentativa de conciliação entre a história sagrada e a história civil, proposta por Parley (1869) (FARIAS JUNIOR; GUIMARÃES, 2020).

Outro elemento que nos chama a atenção, no tocante ao processo de escrita da narrativa histórica escolar é a perspectiva providencialista, que implica o uso de *causas sobrenaturais* para explicar *a vitória miraculosa do cristianismo no IV século* (CUCHET, 2012, p. 41).

Os autores desconsideram as relações de poder entre bispos e imperador bem como as circunstâncias históricas que possibilitaram a emergência e consolidação do discurso cristão no Império, além de assumir o ponto de vista de autores tardo-antigos cristãos, como Eusébio de Cesareia, na condição de verdade histórica (FARIAS JUNIOR; GUIMARÃES, 2020).

A narrativa histórica não é construída a partir de um diálogo entre diferentes fontes históricas e vertentes historiográficas. Em vez disso, centram suas narrativas em um acontecimento imprevisto e miraculoso – *Constantino (...) víra nos céos uma cruz e nella escriptas as palavras: “Com este estandarte serás vencedor”* e partem de tal acontecimento para referendar o chamado *triunfo do cristianismo* (DURUY, 1865, p. 169; PARLEY, 1869, p. 255).



Deduz-se, sob a ótica de Parley, que a ordem dos acontecimentos não está dissociada da intervenção divina. Parley, por exemplo, admite que a Providência Divina está na engrenagem dos processos históricos (1869, p. 242) , os quais não excluem feitos miraculosos e mudanças políticas arquitetadas pela própria divindade (FARIAS JUNIOR; GUIMARÃES, 2020).

Os autores pensam a história a partir de pressupostos teológicos e de uma filosofia da História que tende a ler a História, como resultado do triunfo progressivo de uma comunidade de fieis, despreocupada com questões políticas e devotada exclusivamente à propagação do Evangelho. No interior desse tipo de narrativa, o acontecimento só se torna único e inteligível quando relacionado a um “futuro teológico” (KOSELLECK, 2009, p.127).

Sob este ponto de vista, entende-se que a vitória do cristianismo decorre de uma espécie de acidente inesperado na história, que seria ininteligível se não se considerasse a intervenção direta de Deus.

Essa linha de raciocínio permite ao leitor compreender que a ordem dos acontecimentos seria arquitetada por Deus e a realidade histórica, por conseguinte, resultaria da intervenção e vontade divinas que, [...] *ao orientar o curso da história, revelar-se-ia através dela* (BUARQUE, 2011, p. 146)

Para os leitores de tais manuais, há a percepção de que a história ensina, *a partir dos inúmeros acontecimentos do passado, que transmite regras gerais do agir* (RÜSEN, 2001, p. 51).

Nesse sentido, a narrativa histórica não apenas instruiria, mas também proferiria sentenças e juízos pertinentes ao presente e ao futuro. É, com o olhar voltado ao passado, que se busca adquirir ensinamentos não só para o próprio tempo, mas também para o futuro (KOSELLECK, 2009, p. 60).

De maneira mais abrangente, situa-se o presente imperial em um *continuum* do cânone bíblico e de seus modelos de virtude. Há, portanto, a intenção em estabelecer uma conexão entre o presente imperial e valores morais (religiosos) do passado como fundamento para compreender a constituição histórica e política do Império do Brasil.

Em síntese, tal percurso investigativo permitiu-nos observar as circunstâncias históricas e condições de produção da chamada História Universal para uso nas escolas



secundárias do Império do Brasil (1854-1878), considerando as relações de poder em que tais discursos estavam imbricados.

A análise reforça a necessidade de concebermos a narrativa escolar como ‘discurso’, cuja intencionalidade pode ser mais bem delineada se estivermos atentos não só às marcas de autoria e destinatário, mas principalmente às estratégias discursivas e aos efeitos de sentido pretendidos pelo autor.

### Referências

- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Poutignat & STREIFF-FENART, Jocelyne (Org.). **Teorias da etnicidade**. SP: Editora Unesp, 1998.
- BITTENCOURT, Circe. **Livro didático saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BUARQUE, V. A. C. Uma história moral, apologética e...moderna? A escrita católica do século XVIII ao início do século XIX. **História da Historiografia**, n.06, 2011.
- CUCHET, Guillaume. Comment dieu est-il acteur de l’histoire? **Revue des sciences philosophiques et théologiques**, n.01, 2012.
- DURUY, Victor. **Compêndio da Historia Universal**. Trad.Francisco Bernardino de Souza. Rio de Janeiro. Ed. B. L. Garnier. 1865.
- FARIAS JUNIOR, J. P.; SELVA, G. ‘Manuais de ensino de História oitocentistas: reflexões sobre o cristianismo na história escolar no Império do Brasil’. **Revista Cadernos de História da Educação**, v. 20, n.03, 2020.
- FARIAS JUNIOR, José Petrucio. **História Antiga: trajetórias, abordagens e metodologias de ensino**. Uberlândia: Navegando, 2020.
- FILLAFER, F. L. A world connecting? From the unity of history to global history. **History and Theory**, v.56, n.01, 2017.
- KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006, p. 41-60.
- NARITA, F. Z. **A educação da sociedade imperial: moral, religião e forma social na modernidade oitocentista**. Curitiba: Editora Prismas, 2017.



PARLEY, Pedro. **História Universal resumida para uso das escolas dos Estados Unidos da América do Norte**. Trad. Lourenço José Ribeiro. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Lammert, 1869.

RÜSEN, Jörn. Tópica: formas da historiografia. In: \_\_\_\_\_ **História Viva**. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UNB, 2001, p. 17-84.